

Demografia Escrava e Produção Econômica na Zona da Mata mineira: 1831 – 1888

Luiz Fernando Saraiva
Rita de Cássia da Silva Almico

Resumo:

A Zona da Mata mineira constitui-se ao longo do dezenove na região mais dinâmica dentro da complexa economia das Minas Gerais. A expansão da cafeicultura pela região irá consolidar uma estrutura agrária e social marcada pelo predomínio da grande unidade produtiva e pela presença expressiva dos escravos ligados a este setor. O trabalho apresentado busca acompanhar esta expansão relacionando a importância que a escravidão teve na dinâmica das fazendas, na composição das fortunas e na própria construção de uma identidade possível para a região.

palavras-chave:

Introdução:

Parte integrante da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul que atravessa áreas dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a Zona da Mata mineira é uma região cujo povoamento e colonização ocorreu somente no final do XVIII e início do XIX, em um momento muito específico da História do Brasil e, em particular das Minas Gerais. Tratou-se da passagem de uma economia colonial, ou em versão mais moderna de partes do Império Colonial Luso para uma “*economia mercantil escravista nacional*” (CARDOSO DE MELO, 1991). Nesse processo, um dos aspectos mais controversos será a “*recunhagem da moeda colonial*” ou o revigoramento da Escravidão como forma de se fortalecer e garantir, ao menos do ponto de vista econômico, a independência política que se desenhava (MATTOS, 1990).

A despeito de movimentos anteriores que marcaram o início da colonização das Minas Gerais e de ‘partes’ da Zona da Mata mineira como a construção do Caminho Novo, podemos dizer que o processo de construção de uma “*civilização*” na Mata mineira somente se deu a partir da expansão da cultura cafeeira ainda no início do século XIX. Até então esta e diversas outras áreas das Minas Gerais, recebiam a denominação genérica de “*sertões*”, “*caminhos*”, “*matas*” ou “*áreas proibidas*”, ou estiveram ligadas a outras regiões do país (CARRARA, 1997). A presença de populações autóctones, de homens livres marginalizados e/ou escravos fugitivos aumentava o clima de abandono e insegurança para aqueles que por ali deviam passar

ou se estabelecerem nas ‘fronteiras’ destes espaços que hoje se constituem regiões como o Vale do Jequitinhonha; o Vale do Mucuri; o Triângulo Mineiro; a Região do Alto São Francisco, ou o Vale do Rio Doce.¹

Tratando especificamente da Mata mineira, percebemos que esta região possuiu algumas particularidades que a diferenciaram de outras áreas de expansão econômica da província mineira no oitocentos. A primeira é que desde cedo a Mata se engajou em atividades eminentemente mercantis e agro-exportadoras fugindo a uma característica de produção ‘endógena’ já apontada por Francisco Iglesias quando afirmou que *Minas precisava produzir para seu consumo* (IGLESIAS, 1958: 17). Acompanhando com certa defasagem temporal a expansão cafeeira ocorrida nos ‘lados’ paulista e carioca do Vale do Rio Paraíba do Sul a região mineira se integrou aos circuitos de exportação do Rio de Janeiro e já nos anos de 1818/19 a região produziu o volume físico de 9.739 arrobas de café que passaram para 81.269 em 1828 e 243.473 em 1839 e 263.980 em 1843 (BERGARD, 2004: 93). Essa produção significava inicialmente 5% da arrecadação de toda a província (1819/20) e, no período de 1839 até 1849 19,2% (RESTITUTTI, 2006: 82). MELHORAR COM OS DADOS DE SAMPER E DO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA (1830)

A consequência quase ‘reflexa’ desse processo e que podemos perceber já na década de 1830 é a grande presença escrava na região e, novamente se diferenciando do resto da província, incluindo a presença de grandes plantéis. Tais dados podem ser vistos nas **Listas Nominativas** realizadas pelo governo provincial entre 1831 e 1838 para Minas Gerais e coligidas por Maria do Carmo Salazar Martins (tabela I). Apesar das críticas à esse recenseamento, vemos que em uma aproximação geral a presença de escravos na região era significativa se comparada com as demais regiões mineiras

Tabela I : População Total, Livre e Escrava por Regiões de Minas Gerais 1833 – 1838

Regiões	Pop.Total	% provín.	Pop.Livre	Pop. Escrava	% de escravos
Central	226.433	36,13	141.784	84.649	37,38
Mata	45.000	7,18	25.089	19.911	44,24
Norte-Leste	92.187	14,71	69.939	22.248	24,13
Oeste	58.245	9,29	42.577	15.668	26,90
Sul	161.844	25,82	111.242	54.602	33,73
Triângulo	37.515	5,98	26.855	10.660	28,41
Total	626.656		417.486	207.738	33,15

Fonte: Listas nominativas 1833 – 1838

¹ Sobre as regiões contemporâneas em Minas Gerais, cf. PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada – HEERA**. Juiz de Fora, UFJF, número I, 2006.

A despeito da Mata mineira ter uma das menores populações das Minas Gerais nesse período (cerca de 7%), a presença escrava já era significativa com pouco mais de 44% de cativos que em sua grande maioria se vinculavam à produção cafeeira que se expandia nesse momento. A proporção de escravos localizados em grandes plantéis é ainda mais expressiva. Desagregando os dados dos Censos de 1831 e 1832 temos os dados da tabela II que nos permite avançar um pouco mais na análise:

Tabela II: Estrutura da posse de escravos na Zona da Mata mineira (1831 –1832)

Plantéis	Proprietários	Escravos	%Proprietários	% Escravos	Média Escr.
1 – 3	427	760	48,8	11,5	1,7
4 – 10	285	1.763	32,6	26,7	6,1
11 – 49	155	3.109	17,8	47,2	20,0
Mais de 50	7	969	0,8	14,6	138,4
Total	874	6.601	100,0	100,0	7,55

(PINHEIRO, 2008: 32 e PAIVA, 2004: 510)

Podemos perceber que existia neste período na Mata mineira ao menos sete proprietários na região contando com plantéis de mais de 50 escravos, na verdade podemos inferir que todos estes sete possuíam plantéis com mais de 100 cativos, visto a média ser de pouco mais de 138 para cada. Estes fazendeiros apesar de corresponderem a menos de 1% do total de proprietários irão possuir mais de 14% dos mancipios ou uma média de 138,4 escravos para cada um.

Como exemplo podemos citar o cafeeicultor Antônio Dias Tostes que teria importado ao porto do Rio de Janeiro entre 1808 e 1830 cerca de 96 escravos (PINHEIRO, 2008: 32). Em 1831 vemos no **Mapa de População de Santo Antônio do Paraibuna** que o mesmo Antônio Dias Tostes possuía 147 escravos.² Jonis Freire em trabalho mais específico acerca das famílias escravas na primeira metade do século XIX lista a partir de inventários *post-mortem* alguns desses grandes proprietários de escravos. Entre eles podemos ver o inventário de Dona Ana Maria do Sacramento a primeira esposa de Antônio Dias Tostes em 1837 já com 185 escravos. Ou seja, pouco menos que o dobro dos 96 africanos importados do porto do Rio de Janeiro. Parece ficar claro que a participação em tal mercado estava diretamente ligada à expansão da cafeeicultura e não somente ao comércio com outras regiões das Minas.³

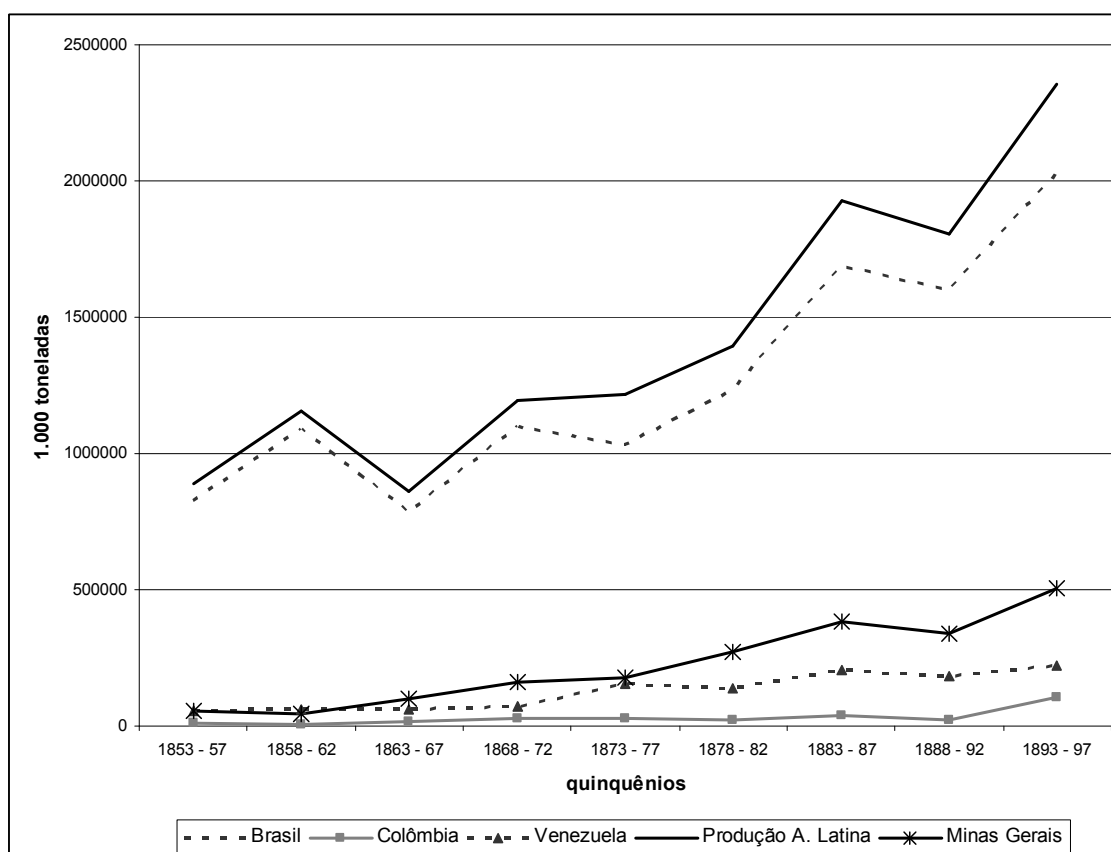
² Apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. op. cit. Anexo III Mapas de População – Santo Antônio do Paraibuna – 1831 – APM.

³ FREIRE, Jones. *Expectativas e Tensões: Estabilidades das Famílias Escravas, em uma Sociedade Escravista Mineira, Século XIX. In: 2º Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata mineira*. Muriaé: FAFISM, 2008.

Analisando este mesmo **Mapa**, verificamos outros grandes proprietários como Manoel Vidal Lage Barbosa, anotado como fazendeiro com 55 escravos; Felizarda Maria declarada lavradora com 65; Francisco Bernardino Rodrigues Silva também lavrador com 78; Mariana Leocádia da Silva, lavradora com 99; Manoel Pereira de Souza dito lavrador com 102; José Bernadino de Barros, lavrador com 115; Francisco Leite Ribeiro, fazendeiro com 206; e José Inácio Nogueira da Gama com 394 cativos.⁴

Todos eram grandes cafeicultores da Mata mineira segundo a obra do memorialista José Procópio Filho e os plantéis indicam um ritmo de expansão, embora ‘defasado’, ao menos na mesma ‘monta’ do que ocorria do lado fluminense. Se nos dados do capítulo II vimos o crescimento da cafeicultura até meados do século XIX esta expansão da produção de café na mata mineira tornou rapidamente a região em uma das maiores produtoras da América Latina como se depreende no gráfico I e na tabela IV.

Gráfico I: Produção de Café da América Latina, do Brasil e de Minas Gerais 1853 – 1897



Fonte: Para Brasil e demais países da América Latina cf. SAMPER, Mario e RADIN, Fernand. *Appendix Historical Statistic of Coffe Production and Trade from 1700 to 1960* Apud: CLARENCE-SMITH, Gervase e TOPIK, Steven. **The Global coffee economy in Africa, Asia and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 405. Para Minas Gerais 1853 – 1887 cf. ROSEMBURG, Cornélio. **O Estado de Minas Gerais, sua evolução**

⁴ Apud. OLIVEIRA, Mônica ... Anexo III Mapas ... op. cit.

econômica. 1922 e para o período de 1888 – 1897 cf. BLASENHEIN, Peter. **A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870 – 1906.** Dissertation submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Standford. Standford Universty. March, 1982.

Tabela IV: Produção da América Latina, Brasil, Colômbia, Suriname, Venezuela e Minas Gerais (em 1.000 toneladas) 1853 – 1896

Quinquênios	Brasil	Colômbia	Suriname	Venezuela	A. Latina	MG	A %	B%
1853 – 57	826.020	9.530	1.500	54.260	891.310.000	54.661	6,62	6,13
1858 – 62	1.087.740	7.330	910	58.630	1.154.610	46.433	4,27	4,02
1863 – 67	785.430	15.620	262	59.500	860.812	98.585	12,55	11,45
1868 – 72	1.099.980	26.380	-	69.620	1.195.980	160.231	14,57	13,40
1873 – 77	1.035.420	25.210	-	157.470	1.218.100	178.893	17,28	14,69
1878 – 82	1.231.680	22.760	-	141.640	1.396.080	273.547	22,21	19,59
1883 – 87	1.686.150	36.580	-	203.030	1.925.760	383.734	22,76	19,93
1888 – 92	1.597.260	21.380	-	185.200	1.803.840	340.956	21,35	18,90
1893 – 97	2.028.960	104.490	-	221.190	2.354.640	504.182	24,85	21,41

Fontes: Gráfico I

A: Proporção da produção mineira em relação ao Brasil

B: Proporção da produção mineira em relação à América Latina.

Conexo a esse processo, o café se tornou na principal fonte de riqueza da Província de Minas Gerais, como vemos abaixo nos dados acima extraídos por Restitutti (tabela V). No período de 1850 à 1860, o café assumiu a supremacia na balança exportadora mineira com 27,9% de todas as exportações da província, chegando à quase 70% nas décadas de 1870 e 1880.

Se até a década de 1850 a Mata contribuiu com algo em torno de 5% do café na América Latina, já no quinquênio de 1863 – 1868 a região ultrapassou a Venezuela até então segundo maior produtora de café do continente, em um ritmo ascendente, chegou ao final do período da pesquisa (1893 – 1897) com pouco mais de 24% da produção nacional e pouco mais de 20% da produção do continente.

Tabela V: Evolução da composição das exportações mineira, 1818-1884 (%)

Produtos	Períodos					Total
	1818/28	1839/49	1850/60	1860/70	1870/84	1818/84
Café	5,0	19,2	27,9	47,6	69,4	47,1
Gado bovino	22,6	17,9	15,2	10,2	9,4	12,6
Ouro	11,3	24,0	16,1	9,8	4,4	10,7
Toucinho	10,8	12,5	10,2	6,5	4,3	7,0
Fumos e derivados	5,7	7,2	7,6	6,7	5,2	6,0
Diamantes	6,5	5,4	12,8	9,8	2,4	6,0
Gado suíno	3,5	4,1	3,7	2,3	1,3	2,4
Derivados algodão	9,3	4,4	2,4	2,0	0,4	2,3
Queijos	2,6	2,2	1,7	1,3	1,6	1,7

Algodão bruto	14,0	0,0	0,0	1,8	0,2	1,4
Gado eqüideo	1,8	0,9	0,8	0,3	0,3	0,6
Grãos e farinhas	0,6	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
Couros	1,4	0,5	0,3	0,3	0,2	0,4
Derivados de cana	2,0	0,3	0,4	0,3	0,1	0,4
Outros minerais	1,3	0,0	0,0	0,2	0,2	0,3
Aves	0,4	0,5	0,3	0,2	0,2	0,3
Gado ovelhum e lã	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1
Marmelada e doces	0,4	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1
Ipecacuanha	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Outros agrícolas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Outros da pecuária	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: RESTITUTTI, Cristiano Corte. **As Fronteiras da Província: Rotas de Comércio Interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884.** Dissertação de Mestrado, UNESP / Araraquara, 2006, p. 82.

Apesar dos dados não contarem com os rendimentos internos, podemos ver na pesquisa de Laird Bergard que as regiões engajadas na agricultura de exportação possuíram uma grande importância no conjunto da economia mineira. Assim, de acordo com os dados disponíveis, entre 1850 até 1870 as arrecadações e coletorias engajadas na produção de café serão as de maior arrecadação em toda a província.⁵

Por todo o XIX a Mata mineira irá ter sua economia baseada na produção cafeeira para exportação. Conforme modelo brasileiro de produção iniciado ainda nos tempos coloniais, da plantation colonial até a economia agroexportadora do século XIX, a Mata terá uma concentração de escravos bastante significativa, o que pode ser demonstrado tanto por seus plantéis, com proprietários abastados com elevado número de cativos entre suas posses, quanto pela concentração da riqueza e seus ativos, onde o investimento em escravos assume posição de destaque entre os demais aglutinadores de riqueza.

Trabalhando com a participação dos ativos nas fortunas dos mineiros através da pesquisa em inventários, percebemos o percentual de cada ativo e sua importância na riqueza dos indivíduos, tentaremos demonstrar os resultados encontrados em nossa pesquisa sobre Juiz de Fora. Na tabela abaixo (tabela II) vemos o primeiro recorte cronológico da pesquisa:

⁵ BERGARD, Laird, op, cit, cap. II

Tabela 2: Participação relativa dos ativos – 1870/1888

Ativos	Média 1870/1879	Média 1880/1888	Média 1870/1888
Escravos	32,68	16,00	24,80
Terras	17,70	14,54	16,20
Café	16,65	15,87	16,28
Dívida Ativa	11,76	23,74	17,44
Casas	6,01	9,19	7,51
Títulos	4,50	7,96	6,14
Benfeitorias	2,76	2,92	2,84
Animais	2,64	2,18	2,42
Objetos	2,32	1,74	2,05
Ações	1,93	5,00	3,39
Alimentos	0,77	0,42	0,61
Terrenos	0,18	0,43	0,30
	100	100	100

Fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Neste primeiro momento (1870/1888) podemos perceber como a riqueza da região estava diretamente relacionada à produção cafeeira. Assim, os **escravos** se constituíam na principal riqueza do período com 24,80% de participação no total (de 1870 até 1888), muito embora este ativo assista a uma ‘queda’ no valor, na década de 80 com o iminente impacto da abolição. Tal dado reforça a importância da mão-de-obra escrava para a região bem como dos demais ativos diretamente ligados à produção cafeeira como **terras** e **café** que contribuem neste primeiro recorte cronológico com respectivamente 16,20% e 16,28% do total da riqueza acumulada em vida pelos agentes. Assim, 48,76% da riqueza estavam *diretamente* ligados ao núcleo agro-exportador, se constituindo na grande riqueza da região e, como veremos mais à frente, na origem da modernização que Juiz de Fora vai assistir no final do XIX e início do XX. Chama atenção no caso as **Dívidas Ativas** posto que se constituíam na segunda maior riqueza do período com a ‘marca’ de 17,44%. Se por um lado as dívidas podem demonstrar uma baixa monetização da economia local, o fato de que estas, em sua maioria, ficavam nas mãos dos grandes fazendeiros, demonstra uma grande capacidade destes agentes em ‘alavancar’ o crescimento da região com uma oferta de crédito que vai se desdobrar em um aparelhamento bancário-industrial no período posterior à abolição da escravidão. Já na tabela III, podemos perceber o impacto da abolição e as mudanças no perfil da riqueza pessoal da região.

Em primeiro lugar, procuramos buscar as interpretações acerca dos limites da produção cafeeira da Mata. Para Ana Lanna e João Heraldo Lima, a região já contaria com as *fronteiras agrícolas* fechadas a partir da última década do século XIX, sendo que então, por volta de 1910, o café na região já estaria em decadência como um todo,

decadência esta prolongada por todo o século XX.⁶ Anderson Pires se contrapõe a esta idéia, quando demonstra que a produção matense foi, para até 1926, superior às demais regiões mineiras, sendo então, a Zona da Mata, o principal produtor cafeeiro de Minas durante o período de 1870 a 1920.⁷ Se não existiam fronteiras abertas como no Oeste Paulista, onde segundo José de Souza Martins *o principal negócio dos cafeicultores era a criação de novas fazendas*,⁸ vemos, entretanto, que a região, ou o município, não apresentava um esgotamento de terras, como já era sensível no Vale da Paraíba, principalmente fluminense, onde Fragoso em trabalho sobre Paraíba do Sul demonstra terem as matas virgens preço superior ao dos próprios cafezais.⁹ Em Juiz de Fora somente a partir da abolição as matas virgens irão ultrapassar os cafezais, sendo que no interior das fazendas ainda havia possibilidade de expansão das lavouras cafeeiras.

Se considerarmos a análise de Pires, vemos que *a produção de café na Zona da Mata Mineira não entra em decadência no período imediatamente após a abolição*, devendo mesmo o seu impacto ser relativizado, pois a produção continuou ascendente durante todo o período. Ao mesmo tempo, *a mão-de-obra escrava foi a principal forma de trabalho utilizada pelos cafeicultores da região* até a lei Áurea – fato este incontestado em toda a historiografia –, temos então que não só a transição para o trabalho livre se deu sem comprometer a produção, mas que, também esta transição se revela fundamental para entendermos a cafeicultura matense para todo o período. Para além, vemos *a mão-de-obra imigrante não se constituiu na principal modalidade de trabalho para a região*, sendo que a utilização de italianos e alemães foi voltada principalmente para atividades urbanas e industriais.¹⁰ Na verdade, temos um quadro muito mais complexo e multifacetado do que até então se supunha.

Tentando sintetizar algumas questões apenas esboçadas, podemos perceber que Juiz de Fora foi o maior município escravista de Minas Gerais até o final do processo de Abolição. Isto, em momento algum, significou uma recusa dos grandes proprietários rurais em atividades ‘modernizantes’, ou então que eles teriam uma mentalidade mais

⁶ Ver principalmente em LANNA, Ana L. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais 1870 – 1920**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1995; e, LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

⁷ PIRES, Anderson, **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora: 1870 / 1930**. Niterói: Dissertação de Mestrado, ICFH/UFF, 1993..

⁸ MARTINS, José de Souza, op cit. p. 68

⁹ FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: (1850-1920).Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983. Cf. também STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

¹⁰ GIROLETTI, Domingos. op cit.

conservadora. Nos trabalhos de Anderson Pires e também de Rita Almico, podemos perceber que grande parte da modernização da cidade e região vai ter a sua origem em iniciativas e capitais dos grandes cafeicultores locais.¹¹

A questão da terra, ou melhor, o regime de propriedade da terra e as atividades desenvolvidas, tornam-se, ao nosso ver, condição fundamental para se deslindar as *condições materiais* desta transição. A existência de uma grande concentração de terras para a região explica, em parte, como os grandes fazendeiros de Juiz de Fora conseguiram manter os trabalhadores nas fazendas, tanto no antes, quanto no pós-Abolição.

Nosso intuito é o de determinarmos o tamanho médio das fazendas durante o período estudado, tema já amplamente debatido pela historiografia da região e essencial para entendermos de qual economia estamos falando. Na verdade, vamos tentar demonstrar a importância e a preponderância da grande unidade cafeeira para a produção da Zona da Mata, tendo como foco Juiz de Fora, visto que esta região já foi classificada como sendo de média propriedade por vários autores, a partir dos dados apresentados no Relatório Carlos Prates de 1906. As fazendas visitadas por Prates em Juiz de Fora, organizadas no Quadro I, correspondem a algumas das mais importantes encontradas no município, mesmo que sobre algumas delas (uma de fato) faltem dados mais precisos sobre proprietários, ou localização. Estas fazendas, entretanto, revelam uma grande concentração de terras – mesmo não sendo as maiores do município, como se verá mais à frente – estabelecendo, portanto, a questão da utilização de fontes discursivas que podem nos dar uma visão ‘parcial’ sobre a realidade percebida pelos agentes do período. Carlos Prates visitou fazendas, ao menos em Juiz de Fora, de grande produção e grandes áreas envolvidas. Entretanto, manteve a percepção da pequena e média propriedades de terra, o que a análise dos dados coletados tendem a discordar.

A primeira questão que se coloca é que o engenheiro Carlos Prates visitou a Zona da Mata mineira no início do século XX e, quando se referia às pequenas ou médias propriedades da Mata mineira estava tendo em mente as grandes fazendas do novo oeste paulista, onde José de Souza Martins aponta para fazendas com mais de 1.000 alqueires de

¹¹ PIRES, Anderson. Op cit. ALMICO, Rita de Cássia da S. **Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 – 1914**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001. Sobre a questão da mão-de-obra escrava em Juiz de Fora e também sobre a mentalidade dos fazendeiros cf. SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001 capítulo I.

terra e até mesmo 3.000 colonos trabalhando nas lavouras de café.¹² As fazendas de café da Zona da Mata mineira regulavam em tamanho, número de pés e escravos às maiores fazendas do vale da Paraíba paulista e fluminense do século XIX.

Apesar do Relatório se referir à visita de Prates em 1905 e, portanto, extrapolar os limites de nossa pesquisa, seus dados foram utilizados de forma generalizada para a região, mesmo retroativamente para o Oitocentos, como já apontado por Rômulo na crítica a João Heraldo Lima.¹³ No entanto, o início do século XX foi um período de crise na cafeicultura nacional como um todo, por causa da queda do preço do café no mercado internacional, o que deve ter condicionado parte das análises de Carlos Prates, imprimindo uma visão pessimista para a região.¹⁴

Como exemplo dessas visitas, iremos citar duas fazendas. Uma das propriedades visitadas foi a Fazenda de São Matheus, inicialmente uma sesmária doada em 1709 a Matias Barbosa da Silva pelo governador da Capitania do Sul do Brasil e confirmada depois em 1766 pelo Rei D. José I, com uma área de 497 alqueires de terra, sendo ainda, esta propriedade vendida diversas vezes¹⁵. À época da visita ela era de propriedade do Dr. Cândido Teixeira Tostes que, no dizer de J. Procópio Filho:

(...) foi o maior cafeicultor de Minas e, por isso cognominado o Rei do Café, no Estado. Nascido em 5 de Fevereiro de 1842 era bacharel em direito e foi diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Homem dinâmico e inteligente implantou nas suas fazendas (São Mateus e Sant'Anna) as maiores lavouras de café do Estado de Minas.¹⁶

Não encontramos o inventário de Cândido Tostes, apesar de sua importância para a região, mas, para além do exagero que pode haver nas expressões acima, confirma-se ao menos a importância da cultura cafeeira. Sobre outra fazenda de sua propriedade, constatamos no inventário da baronesa de Sant'Anna em 1870, a presença de 500.000 pés de café. Em 1901, Cândido Tostes era o seu proprietário, pois a havia arrematada ao herdeiro Frederico Ferreira Lage, neto da baronesa. Portanto, se Carlos Prates não a visitou (fazenda da Fortaleza de Sant'Anna), ao menos tinha referência sobre a dimensão do cafeicultor com quem estava lidando.

Outra fazenda visitada foi a Fazenda de Santo Antônio que era *oriunda da*

¹² MARTINS, José de Souza, op cit.

¹³ ANDRADE, Rômulo Garcia. op cit. p.18-19.

¹⁴ Sobre as conjunturas internacionais sobre o preço do café cf. BACHA, Edmar e GREENHILL, Robert. **Marcelino Martins & Edward Johnston: 150 anos**. 2º ed. revista. Rio de Janeiro: Salamandra Ed., 1992.

¹⁵ FILHO, João Mariano Procópio. **Aspectos da Vida Rural em Juiz de Fora**. S. Ed. Juiz de Fora: 1978. p. 48.

¹⁶ Idem, ibidem.

*Sesmaria de S. Mateus, de onde se desmembrou*¹⁷ e, apesar de ter uma área de apenas 107 alqueires, seu proprietário Dr. Saint-Clair (genro de Cândido Tostes, sendo deste casamento à origem da fazenda) *fez grandes plantações de Café (...) em uma determinada safra obtido maior produção que SÃO MATEUS.*¹⁸

Quadro 1: Fazendas visitadas por Carlos Prates em Juiz de Fora em 1905

Fazendas	Distrito	Área (em alqueires)	Cafezais	Origem dos Dados
Salvaterra	S. José do Rio Preto	225	316.000	Inventário
São Matheus	Cidade	495,43	?	A. V. R. J. F.
Santo Antônio	Cidade	107,72	?	A. V. R. J. F.
Paciência	Matias Barbosa	251,98	?	A. V. R. J. F.
S. Luiz	Sem indicações precisas, existiram pelo menos duas fazendas com este nome.			

Fonte: Fazenda Visitadas por Carlos Prates em Juiz de Fora, apud LANNA, Ana op cit
Inventário *post-mortem* no 653 AH – UFJF

A.V. R. J. F.: *Aspectos da Vida Rural de Juiz de Fora*, op cit.

Ainda sobre a estrutura fundiária da Zona da Mata mineira, diversos estudos ampliaram a noção da grande propriedade e *revelam uma brutal concentração da propriedade fundiária para a vila do Santo Antônio do Paraibuna em meados do século XIX*,¹⁹ como no trabalho já citado de Anderson Pires. A metodologia adotada por Pires foi a de separar os registros de terras entre 1855/56 com mais de 200 alqueires, por ser a média da *grande propriedade* estimada no vale do Paraíba Fluminense.²⁰ Optamos, também, dada a quantidade de informações coletadas nos inventários, por delimitar como *média propriedade* àquela de 40 a 199 alqueires de terra, sendo, portanto, a *pequena propriedade* aquela que possuísse menos de 40 alqueires de terra. A partir destes critérios, organizamos a tabela 2 que confirma esta *concentração da propriedade fundiária* para o período subsequente ao estudado por Anderson Pires:

Tabela 1: Estrutura da concentração fundiária nos inventários *post-mortem* do município de Juiz de Fora, 1870 - 1888

Extensão	Nº inventários	% de inventários	Área (alqueires)	% de área
+200 alqueires	38	12,33	16.419,50	54,11
40-199 alqueires	124	40,25	11.946,75	39,37
-40 alqueires	146	47,40	1.976,00	6,51
TOTAL	308	100	30342,25	100

Fonte: 481 Inventários *post-mortem* AHUFJF. 1870 – 1900

¹⁷ Idem. p. 60.

¹⁸ Idem, ibidem. (grifo do autor).

¹⁹ PIRES, Anderson. op cit. p. 35.

²⁰ Tal metodologia foi tomada em FRAGOSO, J. L. R. op cit. p. 63, em estudo realizado por este autor, eram estas fazendas (acima de 200 alqueires) que apresentavam condições ‘ótimas’ de funcionamento, como benfeitorias, produção de alimentos para consumo e tropas de animais que reduziam os custos de transporte.

A partir destes dados, vemos que apenas 12,33% dos proprietários de terra (301 no total), ou seja, 38 fazendeiros possuíam 54,11% das terras disponíveis, em fazendas de mais de 200 alqueires, o que não corrobora a idéia de Ana Lanna e João Heraldo Lima, por exemplo, acerca da pequena e média propriedade para a região e amplia a idéia inicial de Anderson Pires. Para avançarmos mais nesta discussão, buscamos especificar as fazendas cafeicultoras, bem como a articulação com o trabalho escravo até 1888. Delimitamos então as grandes unidades produtoras de café, tomando como base a metodologia adotada por Rômulo Andrade em seu artigo **Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata**,²¹ considerando como grandes proprietários rurais aqueles que possuíam mais de 50 escravos e a partir daí delineando o tamanho da grande propriedade, bem como a produção cafeeira. Separamos, então, os dados, sobre os quais encontramos 39 inventários, muito próximo, portanto, ao número de grandes unidades indicadas a partir da metodologia adotada por Anderson.

Na prática, apenas 5 destes possuíam menos de 100 alqueires de terra. Por outro lado, temos um inventário do tenente coronel Francisco Alves de Assis, de 1870, que possuía 1.317 alqueires; ao mesmo tempo, apenas 4 inventários foram excluídos, 2 por não possuírem cafezais e 2 por não possuírem a delimitação exata de terras. Aos 35 inventários restantes acrescentamos também mais 06 inventários (agrupados na tabela 3), pois, apesar de terem menos de 50 escravos, possuíam mais de 160.000 pés de café, o que foi a média encontrada por Vilma Almada para o Espírito Santo e que reputamos ser um bom indicativo, pois era comparativamente maior que outras regiões do país.²²

Encontramos a média da grande propriedade com 280,53 alqueires, para 93 escravos e 264.572 pés de café, por unidade. Desta forma acreditamos ter corroborado e ampliado à noção de Rômulo acerca da grande propriedade como unidade básica para a cafeicultura matense. Em relação aos dados coletados para até 1888, estes 41 inventários (de um total 481) detinham ainda 3.849 escravos, ou 53,72% do total de escravos (que era de 7.164), ao mesmo tempo, 37,90% de todas as terras, ou 11.502 alqueires (de um total de 30.342,25). Quanto aos pés de café, de um total de 16.761.748 pés, estes inventários representavam por fim 64,71% de todo o montante, ou 10.847.453

²¹ ANDRADE, Rômulo Garcia. op cit. p. 96-97.

²² Modificamos, portanto, a metodologia de Rômulo Garcia, pois não somente a propriedade de escravos era significativa (2 tinham 49 escravos, 2 possuíam 46, 1 tinha 43 e 1 possuía 36), mas principalmente a quantidade de cafezais é altamente expressiva, juntos, este 06 inventários possuíam mais de 1.300.000 pés.

pés. Isto ainda se pensarmos que estamos excluindo dois inventários de grandes cafeicultores da região, por não possuírem a delimitação exata de terras, o que aumentaria ainda mais esta média.

Tabela 2: Principais Produtores de Café para o Município de Juiz de Fora (1870-1887)²³

Nº	Inventariado	Abertura	Escravos	Terra	Cafezal
629	Maria da Conceição Monteiro da S.	1875	265	470	726.000
456	Ten. Francisco de Assis Alves	1870	262	1.317	1.541.000
475	Baronesa Sant'ana	1870	235	620,5	500.000
846	Maria Luisa Barbosa	1882	180	227	660.000
453	Rozenda Deodolinda M. da Silva	1870	157	508,5	246.214
633	Maria Vieira D'aquino Leite	1875	154	233	514.000
938	Major Joaquim Mendes Ferreira	1886	136	765,5	244.000
684	Francisca Benedita de Miranda Lima	1877	134	567	228.750
701	Ignácia Cândida de Moura	1878	128	471	337.000
536	Francisco Basílio Duque	1872	117	431	212.000
1416	Cel. Francisco Ribeiro de Assis	1874	115	500	211.000
715	Francisco Antônio de Faria	1878	103	551	187.000
1694	Anastácio Rodrigues de Aguiar	1874	101	180	22.600
653	Rosalina Augusta de Ramos Leite	1876	96	300	316.000
889	Maria José Horta da Fonseca	1883	86	76	213.000
923	Francisco Augusto Teixeira Leite	1884	83	209	214.000
997	Henriqueta Francisca Pacheco	1887	82	405	219.000
600	José Monteiro de Barros	1875	82	89	149.000
831	Carlota Benedita Ávila	1882	75	65	141.000
826	Ana Helena Monteiro de Castro	1882	72	244	252.000
630	Amélia Augusta de Abreu	1875	71	469,5	68.000
800	Maria Gonçalves de Vasconcelos	1881	71	143	282.000
577	Comendador João Pereira Coelho	1874	69	186,5	232.000
717	José Bibiano Rodrigues Valle	1878	69	101	200.000
1666	Eufrazia De Pontes Fernandes	1886	66	182	139.000
493	Francisco Damas da Costa	1871	63	231	125.000
650	Ana Esmeria do Sacramento	1876	62	105	274.000
798	Francisca Candida Ferreira	1881	61	100	176.035
738	Desembargador Joaquim Ferreira O	1879	59	60	66.000
510	Guilherme Pedro Hemmitz	1871	58	144	32.000
793	Antônio Joaquim Cerqueira	1880	56	137	242.000
478	Antonia Joaquina Ribeiro	1870	55	87	169.000
988	Mariana Teodora de Almeida	1887	55	112,5	160.000
769	Luiza Emerenciana de Jesus	1880	51	158	149.800
646	Maria N. de Barbosa Mendes	1878	51	329	70.000
598	Domingos Damásio da Costa	1874	49	183	291.600
871	Antônio Diniz De Souza Bastos	1883	49	95	199.000
865	Francisca Octavianna de Barros Leite	1883	46	103	159.454
958	Inocencia Damiana de Faria	1886	46	70	211.000
945	Belarmina Alves Barboza de Barros	1886	43	75	185.000

²³ O marco de 1887 foi arbitrado pelas fontes, pois não encontramos inventários para o ano de 1888 onde constassem o arrolamento de escravos, dado a abolição ter sido no início do ano, quando fomos analisar os inventários do período seguinte (até 1900), ao listarmos os grandes proprietários, levaremos em conta o ano de 1888.

936	Marianna de Azevedo Assis Moreira	1885	36	201	283.000
-----	-----------------------------------	------	----	-----	---------

Fonte: 41 Inventários Post-mortem AH-UFJF 1870 – 1887

Estes grandes fazendeiros detinham ainda diversos outros ativos, como obviamente se pode relacionar às suas atividades e *status* social: benfeitorias, casas de morada, ranchos, senzalas, roças, animais, móveis e artigos de luxo. Encontramos também uma significativa diversificação nos seus ativos, como casas urbanas (de morada e de aluguel), ações, debêntures, apólices, dinheiro aplicado em bancos e dívidas ativas, por exemplo. De fato, estamos falando de uma minoria que detém grande parte da riqueza do município, pois estes 41 inventários, ou apenas 8,52% do total de 481, detêm 48,39% de toda a riqueza do período estudado. Estes dados reforçam a idéia de uma concentração, não só de terras, mas de renda, pois ao trabalharmos com os inventários já estamos selecionando uma pequena parcela da população local, em cuja análise encontramos uma ‘minoridade dentro da minoridade’.

A predominância absoluta dos cafeicultores neste momento fica mais clara, pois, ao listarmos os 30 inventários mais ricos do período, 22 estão entre os grandes fazendeiros de nossa mostra, sendo que, entre os 10 primeiros, os 09 mais ricos também estão na mostra.

São estes grandes proprietários que produzem grande parte do café – a principal atividade econômica da região, bem como serão estes, e outros mais, que terão a sua principal fonte de riqueza comprometida com o processo de abolição da escravidão, visto que a proporção da riqueza investida nos escravos destes 41 inventários era de 28,86% do total. Quanto ao total de terras e café, 21,63% e 17,05% respectivamente do total da riqueza destes fazendeiros estava relacionada a estes ativos, assim 67,54% de toda a fortuna se referia diretamente à produção cafeeira.

Para um universo de 7.164 escravos, 5.816, ou 80% do total, estavam em fazendas das quais constava a produção de café. Estas fazendas, por sua vez, possuíam 15.707.653 pés de café, o que significa 87,32% do total da região (que era de 17.986.853). Temos, então, que a média de pés de café cuidadas pelos municípios era de 2.665,476 pés por escravo. É claro que nem todos estes escravos estavam diretamente ligados à lavoura (embora na maioria dos dados sobre eles, em que consta a profissão, haja a declaração de serem ‘roceiros’ e ‘lavradores’), mas é importante retermos este aspecto: quase todas as grandes unidades produtoras de café de Juiz de Fora mantiveram o trabalho escravo até as vésperas da abolição, dado este que já foi apreendido pela historiografia a partir de outras fontes documentais e que podemos comprovar, com mais precisão, através da análise dos

inventários.

A abolição da escravidão teria tido, então, um impacto significativo para Juiz de Fora e região, visto que a maioria dos cafeicultores contava com o braço cativo até as vésperas da lei de 13 de maio. Poderia-se até supor uma derrocada dos grandes fazendeiros, ou uma queda na produção; na verdade, a realidade foi bem outra: fora alguns poucos fazendeiros²⁴ que acabaram por ‘quebrar’ com o impacto da abolição, a produção cafeeira do biênio 1888/89 foi ascendente, o que indica terem os fazendeiros reagidos de forma *satisfatória* as novas demandas de trabalhadores, muito embora, na grande maioria dos casos sejam os ‘velhos’ trabalhadores escravos, travestidos em ‘libertos’.

Assim, para continuarmos a discussão sobre o impacto da abolição, temos que para os inventários a partir de 1888 fizemos um novo estudo para identificarmos às grandes propriedades e pensarmos sobre as alterações que poderiam ter ocorrido no pós-abolição e na produção cafeeira. Temos então que entre 1888–1900, dos inventários que tinham dados precisos sobre quantidade de terras, 201 proprietários foram identificados. Suas terras somavam 22.984,897 alqueires, sendo que 12.433,177 estavam ligados à atividade cafeeira, ou 54,09% do total. Se comparados com os dados da primeira ‘parte’ da pesquisa, vemos que houve uma pequena diminuição do número de propriedades que se dedicaram a produção cafeeira (de 61% para 54%).

Entretanto, temos problemas com alguns inventários, como o de Francisco Antônio de Jesus, aberto em 1900. Dos 4 volumes originais do inventário, apenas 1 restou no Arquivo Histórico da UFJF, justamente o de demarcação de terras. Francisco Antônio era proprietário de uma sesmaria em Chapéu D’Uvas de cerca de 2.000 alqueires, no valor de 648:000\$000, mas nenhum outro dado sobre produção, benfeitorias ou casas foi encontrado para avaliarmos qual era a atividade desta fazenda. Sabemos também que o distrito de Chapéu D’Uvas era um dos grandes centros produtores de café da região,²⁵ e ao que tudo indica, a hipótese de que esta sesmaria também o produzisse nos parece bastante plausível. De qualquer maneira, optamos por manter o inventário, ou ao menos a avaliação das terras como forma de manter os dados sobre a posse de terras (muito embora este inventário vá ‘puxar para baixo’ a média final das propriedades cafeeiras).

²⁴ Cf por exemplo o caso do Barão de São José das Três Ilhas in SARAIVA, Luiz Fernando, op cit cap. II.

²⁵ ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. p. 511

Sem os escravos para nos servirem de referência, optamos por manter como conceito de grande unidade a partir da discussão sobre a propriedade acima de 200 alqueires, independente do número de cafezais e, os produtores de café que tivessem acima de 166.692 pés de café que foi a média encontrada por Vilma Almada em seu trabalho. Sabemos que a média em Juiz de Fora era superior a 160.000 pés, entretanto, optamos por manter este mínimo por que encontramos unidades bastante significativas quanto à produção de café, apesar da relativamente pequena quantidade de terras. Agrupamos os inventários na tabela 4, onde temos 28 grandes fazendeiros.

Encontramos alguns médios proprietários de terra, como o caso de Francisca Theodora de Almeida cujo inventário aberto em 1889 aponta para um total de 54 alqueires de terra. O que poderia chamar a atenção, seria a intensa ocupação das terras de cultura, pois a inventariada possuía um grande volume de cafezais, ou 190.000 pés, o que daria uma média de 47,5 alqueires de terras plantados com café.²⁶ Na verdade, parte dos cafezais de Francisca Theodora estavam plantados em outra fazenda e, se ela foi mantida na mostra é porque o número de cafezais era altamente expressivo. Estes proprietários possuíam um total de 8.009,25 alqueires, ou 34,84% do total das terras do período, ao mesmo tempo os cafezais destes inventários somam 6.919.562 pés, de um total de 10.430.731. Vemos assim que, apesar da diminuição percentual das grandes propriedades elas mantêm grande parte da produção de café, ou 66,33% do total de cafezais. A grande unidade produtora para o período está numa média de 286,04 alqueires, com 247.127,21 pés de café por fazenda. Dados muito próximos, portanto, aos do 1º período. Há que se destacar que, pelo período relativamente curto desta segunda parte do trabalho (1888–1900), e o tipo de fonte trabalhado (os inventários), poderia se ter dificuldades em perceber de maneira clara, alterações na estrutura de terras, principalmente no que toca ao tamanho das propriedades, se grandes, médias ou pequenas. Porém, no trabalho de Anderson Pires que aborda um período de tempo maior (até 1930), o autor aponta para a continuidade da estrutura de terras centrada na grande propriedade para todo período estudado, o que corrobora a idéia do controle sobre a terra, como condição de controle sobre a mão-de-obra.²⁷

Tabela 3: Principais Produtores de Café Para o Município de Juiz de Fora (1888-1900)

Nº	Inventariado	Abertura	Terra	Cafezal
1402	Dr. Ignacio Ribeiro de Assis	1896	795	335.000

²⁶ A média de pés plantados por alqueires era de 4.000 a partir do estudo de HERALDO, J. L. op. cit.

²⁷ PIRES, Anderson op cit.

1003	Manoel Vidal Barboza Lage	1888	669,75	234.000
1659	João Paulo de Castro (Major)	1898	606	125.000
1230	Joaquim Candido Guimarães	1893	595,91	77.200
1284	Hypólito Dornellas de Albuquerque Mello	1894	457	726.000
1251	Antônio José Corrêa Nogueira	1893	436,5	334.000
1192	Camilla Francisca de Assis Resende (Baronesa de J.F.)	1892	425	399.000
1657	Visconde de Itatiaia	1900	400	400.000
1031	Vicente Antônio da Silva E Oliveira	1889	344	89.000
1087	Messias Leopoldina de Campos	1890	286,12	309.700
1586	Emília Bernardino de Aquino	1899	265	129.000
1184	Antônio Bernardino de Aquino	1892	260	56.000
1164	Azarias Jose de Andrade	1892	248	278.000
1292	Candida Maria de Jesus	1894	230	127.500
1562	Maria Candida Espíndola	1899	226	82.000
1153	Francisco Justino de Barros	1891	220,5	60.000
1679	Geraldina Antônia de Souza Varges	1900	211	344.000
1155	Ildefonso Monteiro de Barros	1891	184	221.000
1269	Joaquim Candido de Oliveira	1894	160	245.000
1561	Modesto Camillo de Campos	1899	157,5	633.000
1169	Libania De Andrade Campos	1892	141,5	216.000
1465	Evaristo Augusto Botelho	1896	127	170.000
1146	Antonio Joaquim Fabiano Alves	1891	124,5	245.000
1024	Francisco Pedro Monteiro da Silva	1888	122,5	286.000
1648	Baronesa de São Jose do Rio Preto	1900	119	225.000
1507	Luisa Brandão de Assis Fonseca	1897	82,7	199.162
1157	Adelaide Gabriela Monteiro de Barros	1891	60,77	184.000
1565	Francisca Theodora de Almeida	1899	54	190.000

Fonte: 28 Inventários Post-morten do AH-UFJF

Para melhor demonstrar essa valorização do ativo terra, utilizamos os dados de um trabalho que também se utiliza de inventários como fonte principal, para um período muito próximo ao desse artigo (1870-1914).²⁸ A tabela seguinte demonstra a participação dos ativos no montante da riqueza, através da comparação entre eles dentro do período.

Tabela 4: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza (1870/1888)

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benf.	Objetos	Alimentos	Dívida ativa	Títulos	Ações	Terrenos
24,80	16,28	2,42	16,20	7,51	2,84	2,05	0,61	17,44	6,14	3,39	0,30

Fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

Para o total do período de 1870/1888 o ativo escravo se confirma como o de maior participação no montante total da riqueza acumulada do período em questão, com 24,80%. As dívidas ativas assumem importância em seguida aos escravos na média de participação dos ativos no espaço de tempo referido. Em terceiro lugar vêm os cafezais

²⁸ ALMICO, Rita de C. S. op cit. capítulos 2 e 3.

e cafés colhidos (conjunto de bens relativos ao ativo café), que representam 16,28% da riqueza do período estudado. As terras, ativo que apresentou participação significativa na parcela da riqueza em cada período, aparece com média de 16,20%, bem próxima ao que se refere ao café. Os demais bens mantêm as suas participações de acordo com o que foi apresentado anteriormente; excetuando-se as casas, com 7,51% dos bens do período, os outros não ultrapassam os 3% de parcela na riqueza de 1870/1888. Para o período do pós-abolição temos uma maior valorização do ativo terras, como podemos verificar na tabela a seguir.

Tabela 5: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza (1889/1914)

Café	Animais	Terras	Casas	Benfeitorias	Objetos	Alimentos	Dívidas Ativas	Títulos	Ações	Terrenos
9,23	2,54	19,12	18,50	2,19	5,12	0,28	15,58	16,55	10,0	0,89

Fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

No período que vai de 1889 até 1898, o principal ativo com participação na riqueza, em média, são as terras, que estão representadas por 19,64% da riqueza do período. No período anterior (1870/1888) elas ocupavam o quarto lugar em média, com 16,20%. E no último subperíodo (1880/1888) participavam com 14,54%. Um pouco paradoxalmente, o ativo café apresenta uma queda em sua participação no montante da riqueza, indo de 16,28% no primeiro período para 12,86% no período posterior, não constando entre os três principais ativos na média do primeiro subperíodo estudado nesse capítulo.

Como já dissemos anteriormente, os três principais ativos que aparecem após a análise dos dados dos inventários *post mortem* por nós pesquisados, no período de 1870/1888, são escravos (24,80%), dívidas ativas (17,44%) e café (16,28%). Encontraremos algumas modificações no período posterior que vai de 1889/1914 (tabela 5). Aqui, o que encontramos foi o ativo terras com a maior participação nas médias do período, seguidas de casas e títulos, com respectivamente 19,12%, 18,50% e 16,55%. Esses ativos apresentaram significativo aumento se compararmos ao período anterior.

Café, dívidas ativas, benfeitorias e alimentos foram os ativos que apresentaram queda quando comparamos os dois períodos, sendo que o café caiu de 16,28% para 9,23% e, as dívidas ativas, também sofreram uma queda.

Ao analisarmos as médias gerais de todo o período estudado, 1870 até 1914 (tabela 6), obtivemos a presença de terras, dívidas ativas e casas como os três principais grupos de bens, seguidos de perto pelo ativo café e pelos títulos.

Tabela 6: Médias de Participação dos Ativos no Montante da Riqueza (1870/1914)

Escravos	Café	Animais	Terras	Casas	Benfeitorias	Objetos	Alimentos	Dívida Ativa	Títulos	Ações	Terrenos
10,47	12,21	2,49	17,89	13,86	2,47	3,82	0,42	16,36	12,15	7,21	0,64

Fonte: inventários *post mortem* - AHUFJF

O primeiro fato que deve ser ressaltado para a conclusão deste trabalho é que ele se insere dentro de um universo bem maior do que aqui se apresenta. Assim, muitos dos dados levantados podem, e devem ser analisados com maior atenção, relacionando-se a outros estudos que abordem o tema e a região.

Vemos, à semelhança de outras regiões do Brasil, que Juiz de Fora mantinha uma estrutura econômica baseada na agroexportação, estrutura essa que, herdada desde a época da colônia, mantinha estreitos limites para que os agentes do período pudessem se inserir. Ao mesmo tempo a posse de cativos permaneceu estranhamente ‘normal’ dentro de uma época de turbulências, o que indica a necessidade de estudos que ampliem as relações de poder estabelecidas por um pequeno grupo mas extremamente poderoso na capacidade de reproduzir as relações de dominação. Esses fazendeiros mantiveram a posse de escravos até às vésperas da abolição.

Chama atenção no caso que, a partir de 1888, os ativos terras e dívidas ativas tenham aumentado tanto de importância. O aumento do valor das terras pode ser entendido, assim, como um maior controle por parte dos fazendeiros deste ativo que ainda se revelava como uma das principais formas de riqueza, apesar do relativo decréscimo da produção cafeeira. Já o crescimento das dívidas ativas, se por um lado representa uma forma segura de riqueza, por outro nos mostra uma necessidade de crédito crescente, que, além de incrementar atividades tipicamente urbanas, revela uma maior articulação dos indivíduos de nossa mostra com outras formas de enriquecimento, sendo que até hoje as dificuldades de acesso ao circuito financeiro mantêm grande parte da população afastada deste tipo de investimento.

Os anos posteriores à abolição da escravidão trouxeram o crescimento de outros ativos na participação do montante da riqueza, como as terras, casas e títulos. As dívidas ativas, café e principalmente as ações também apresentaram significativa participação

na riqueza, os dois primeiros menos em relação ao período anterior, o contrário do que acontecia com as ações, que vieram crescendo mais que todos os ativos proporcionalmente. Sendo essa uma forma de investimento considerada como ‘moderna’ pela historiografia de uma forma geral, no caso de Juiz de Fora, só foi possível graças à abertura de empresas locais (que comportavam o maior número das ações por nós pesquisadas) que, por sua vez, foram financiadas pelo capital acumulado pela economia cafeeira.

Certamente estamos diante de uma desigualdade que se baseia numa hierarquia dificilmente penetrável, em que a diferença econômico-social se reproduz de tal forma que alcança o nosso século e adentra-o. Essa divisão é desleal, deixando de fora da repartição da riqueza uma imensa parcela da população que dificilmente alcançará os que estão no topo. Nos limites desse trabalho procuramos demonstrar essa desigualdade, sendo agentes principais do período de 1870/1888 os fazendeiros, que têm sua riqueza basicamente rural. A partir da idéia da desigualdade social verificada, percebemos que também em Juiz de Fora, como em outros locais, é grande a diferença que existe na sociedade em relação à divisão de renda. A nosso ver, essa má divisão foi causada, em nossa cidade, por uma distribuição de terras na origem da região, as quais somente poucos tiveram acesso e, dessa forma, reproduziram suas riquezas. A base dessa riqueza estava concentrada na terra, com produção em grande escala de café, o que demandava uma necessidade crescente de créditos para suprir uma atividade lucrativa e de manutenção e reprodução com altos custos. Essa atividade regional cafeeira, exercida por uma pequena parcela da população, que detinha a maior porcentagem de riqueza acumulada, visava principalmente à exportação, sendo exercida basicamente por mão-de-obra escrava. Os ativos que apresentaram a maior parcela da riqueza estão direta ou indiretamente ligados à economia cafeeira, seja com a mão-de-obra, com as terras ou com o próprio café, seja ainda com as dívidas ativas e títulos que estão relacionados com a atividade cafeeira indiretamente. A parcela da população de Juiz de Fora do final do século passado, por nós estudada, apresentou acúmulo de riqueza bastante significativo, conseguindo fazer com que a cidade se desenvolvesse pautada no café produzido ali, e destinado ao porto do Rio de Janeiro principalmente, visando à exportação.

Bibliografia:

ALCANTARA MACHADO, J. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunais”. 2ª edição, 1930.

- ALMADA, Wilma Paraíso F. de. **Escravidão e Transição: O Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. P. 92.
- ALMICO, Rita C. S. e BERNARDINO, Maria do Carmo. **“BTMM: Origem e processo de falência”**. In: *Anais do IX encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora, 1994.
- _____. **Fortunas em Movimento: Um Estudo Sobre as Transformações na Riqueza Pessoal em Juiz de Fora/1870 – 1914**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia/Unicamp, 2001.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. **“Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata”** In: *Revista Brasileira de História*. SP. Vol. 11, número 22, mai/ago,1991.
- BACHA, Edmar e GREENHILL, Robert. **Marcelino Martins & Edward Johnston: 150 anos**. 2º ed. revista. Rio de Janeiro: Salamandra Ed., 1992.
- BLASENHEIN, Peter **“Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870/1906”**. In: *V Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG/PROEP .1982.
- CANABRAVA, Alice P. **Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67**. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV, out/dez 1972.
- CANO, Wilson. **“Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras”**, In: *Revista Estudos Econômicos*, SP, 15(2):291-306. Mai/ago, 1985, IPE/USP
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 4ª edição. Campinas/SP: Unicamp/ IE, 1998. (30 Anos de Economia – Unicamp,1)
- CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio** 2a. Edição, São Paulo: Braziliense, 1982.
- CARDOSO DE MELLO, Zélia Maria. **Metamorfoses da Riqueza. São Paulo 1845/1895**. São Paulo: HUCITEC, 1985.
- COSTA, J. R. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.
- COSTA, Wilma Peres, **A Espada de Dâmocles – O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império**. Campinas: Ed. Unicamp-Hucitec, SP. 1996.
- _____. **Ferrovias e Transição Para o Trabalho Assalariado em São Paulo**. Campinas: IFCH. Dissertação de Mestrado, 1976. Mimeo.
- ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915. FERREIRA, Marieta de M. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, UFF. Niterói, 1977.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GIROLETTI, Domingos. **A industrialização de Juiz de Fora (1858/1930)**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 10(3):144-202, mai/1980.
- GIROLETTI, D. **A Modernização capitalista em Minas Gerais**. Tese de doutoramento. Museu Nacional, UFRJ, 1987.
- GUIMARÃES, Elione Silva. **Criminalidade e conflito nas relações entre senhores e escravos no município de Juiz de Fora (1830-90)**. In: *São Paulo: Núcleo de Estudos em História Demográfica*. FEA-USP.
- http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/INDEX.HTM, Boletins. HTM, novembro de 1999, n. 18.
- LANNA, Ana Lúcia. **A Transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata de Minas Gerais 1870/1920**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1985.

- LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. RJ: Ed. Vozes, 1981.
- MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira – Vale do Paraíba século XIX**. Lorena, São Paulo: Ed. Stiliano, 1998.
- MARTINS, José de Souza **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1976.
- MATTOS, Ilmar de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia, século XIX. Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Da crise da economia mineradora aos primórdios da expansão cafeeira da Zona da Mata mineira (1770/1860)**. Tese de doutorado. UFF, Niterói, 1999.
- OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Dias Cardoso, 1953.
- PEDREIRA, Jorge M. Vianna. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa – De Pombal ao Vintismo (1755-1822) - Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social**. Tese de Doutorado (Sociologia e Economia Históricas). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993.
- PROCÓPIO FILHO, José. **Aspectos da vida rural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: S. ed., 1973.
- SAES, Flávio Azevedo M. de. **As Ferrovias de São Paulo. 1870/1940**. SP/Brasília: Hucitec/INL-MEC, 1981.
- SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição**. SP: EDUSP, 1997.
- SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, Antigas Senzalas: Transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre em Juiz de Fora 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado pela UFF.
- SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001.
- SILVA, F. C. **Abolição e crise na província do Rio de Janeiro**. RJ, 1987, mimeo.
- STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café do Vale do Paraíba**. Tradução de Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SWEIGART, Joseph E. **Coffee Factorage and the emergence of a Brazilian Capital Market, 1850/1888**. New York, London: Garland Publishing, 1987.
- VALVERDE, O. **“O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”**. In: *Revista brasileira de Geografia*, RJ, 20(1) 3-82 jan/mar, 1958.